

Í N D I C E

CAPÍTULO I

Preliminares

	Págs.
1. Obrigação em sentido amplo	9
2. Obrigação em sentido restrito e próprio	10
3. Terminologia.....	11
4. O problema da patrimonialidade da obrigação.....	12
5. O problema da autonomia da obrigação	12
6. O interesse do credor como fim da obrigação	13
7. O princípio da boa fé.....	15
8. Estrutura da obrigação	16
8-A. Deveres acessórios	17
8-B. Obrigação simples e obrigação complexa.....	17
8-C. Posição contratual	18
8-D. A obrigação como processo.....	18
9. Distinção entre os direitos de crédito e os direitos reais	19
10. Importância do Direito das Obrigações.....	21
11. Bibliografia	21

CAPÍTULO II

Sistematização do Direito das Obrigações

12. O Direito das Obrigações no vigente Código Civil	27
13. Plano do curso.....	30

CAPÍTULO III

Elementos das obrigações

	Págs.
14. Indicação dos elementos das obrigações.....	35
15. Sujeitos	35
16. Objecto: modalidades.....	36
17. Objecto: requisitos.....	43
18. Facto jurídico.....	47
19. Garantia.....	47
20. Obrigações naturais	52

CAPÍTULO IV

Fontes das obrigações

21. Conceito e espécies de fontes das obrigações	57
--	----

SECÇÃO I

Contratos

22. Conceito de contrato	58
23. Regulamentação legal dos contratos	59
24. Liberdade contratual.....	62
25. Formação do contrato	63
26. Culpa na formação do contrato	69
27. Efeitos do contrato	82
28. Espécies de contratos quanto à sua regulamentação	84
29. Contratos mistos.....	86
30. União de contratos	87
31. Espécies de contratos quanto ao seu modo de formação.....	89
32. Espécies de contratos quanto aos seus efeitos.....	94
33. Contrato-promessa	100
34. Pacto de preferência.....	161
35. Contrato a favor de terceiro.....	170
36. Contrato para pessoa a nomear	174

SECÇÃO II

Negócios unilaterais

	Págs.
37. Carácter excepcional da admissibilidade dos negócios unilaterais como fontes de obrigações	176
38. Promessa pública e concursos públicos	178

SECÇÃO III

Gestão de negócios

39. Conceito de gestão de negócios	183
40. Justificação da gestão de negócios	184
41. Requisitos da gestão de negócios.....	185
42. Relações a que dá origem a gestão de negócios	187
43. Obrigações do gestor.....	188
44. Obrigações do dono do negócio.....	190
45. Relações do dono do negócio com terceiros	191

SECÇÃO IV

Enriquecimento sem causa

46. Conceito de enriquecimento sem causa	193
47. Requisitos do enriquecimento sem causa.....	195
48. Medida da restituição.....	202
49. Carácter subsidiário do enriquecimento sem causa como fonte de obrigação	203
50. Restituição do indevido.....	205
51. Prescrição do direito à restituição por enriquecimento	206

SECÇÃO V

Factos geradores de responsabilidade extraobrigacional

52. Noção de responsabilidade civil	208
53. Responsabilidade civil, responsabilidade criminal e responsabilidade disciplinar	209

54.	Responsabilidade civil e enriquecimento sem causa	Págs. 211	69.	Efeitos do cumprimento por terceiro.....	Págs. 231
55.	Responsabilidade obrigacional e responsabilidade extraobriga-	cional.....	70.	Capacidade para cumprir	234
56.	Os factos geradores de responsabilidade extraobrigacional como fontes de obrigação	213			
57.	Categorias de responsabilidade extraobrigacional	214			
58.	Sistematização da matéria da responsabilidade civil.....	216			
CAPÍTULO V					
Cumprimento das obrigações					
SECÇÃO I					
Princípios fundamentais					
59.	Razão de ordem.....	219	74.	Espécies de obrigações quanto ao momento do cumprimento .	241
60.	Noção de cumprimento.....	219	75.	Conceito e modalidades de prazo.....	242
61.	Natureza jurídica do cumprimento	220	76.	Fixação do prazo	243
62.	Pontualidade do cumprimento	221	77.	Inexigibilidade da obrigação durante o prazo.....	246
SECÇÃO II					
Conteúdo do cumprimento					
63.	Objecto do cumprimento.....	222	78.	Imprescritibilidade da obrigação durante o prazo	246
64.	Cumprimento integral	223	79.	Validade do cumprimento antecipado	247
65.	Cumprimento em prestações.....	224	80.	A quem aproveita o prazo	248
66.	Imputação do cumprimento	225	81.	Vencimento da obrigação	250
SECÇÃO III					
Autor do cumprimento					
67.	Legitimidade para cumprir.....	229	82.	Conceito e espécies de interpelação.....	251
68.	Cumprimento por terceiro.....	230	83.	Ideia geral sobre a necessidade ou desnecessidade de interpe- lação	254
SECÇÃO IV					
Destinatário do cumprimento					
71.	Legitimidade para receber a prestação	236			
72.	Prestação feita a credor aparente ou putativo.....	238			
73.	Prestação feita a credor incapaz.....	240			
SECÇÃO V					
Tempo do cumprimento					
74.	Espécies de obrigações quanto ao momento do cumprimento .	241			
75.	Conceito e modalidades de prazo.....	242			
76.	Fixação do prazo	243			
77.	Inexigibilidade da obrigação durante o prazo.....	246			
78.	Imprescritibilidade da obrigação durante o prazo	246			
79.	Validade do cumprimento antecipado	247			
80.	A quem aproveita o prazo	248			
81.	Vencimento da obrigação	250			
82.	Conceito e espécies de interpelação.....	251			
83.	Ideia geral sobre a necessidade ou desnecessidade de interpe- lação	254			
84.	Vencimento independente de interpelação	255			
85.	Vencimento mediante interpelação.....	258			
86.	Perda do benefício do prazo	260			
86-A.	Processos especiais de recuperação da empresa e de falência	261			
87.	Exigibilidade antecipada	263			
88.	Vencimento automático antecipado.....	268			
SECÇÃO VI					
Lugar do cumprimento					
89.	Necessidade de determinação do lugar do cumprimento	272			
90.	Regras sobre a determinação do lugar do cumprimento	273			

SECÇÃO VII

Cumprimento com sub-rogação

91.	Conceito de sub-rogação.....	Págs.
92.	Vantagens da sub-rogação.....	280
93.	Casos de sub-rogação.....	283
94.	Natureza da sub-rogação.....	284
95.	Efeitos da sub-rogação.....	288
96.	Sub-rogação parcial.....	290
		291

SECÇÃO VIII

Outros aspectos do cumprimento

97.	Eficácia do cumprimento.....	
98.	Despesas do cumprimento.....	294
99.	Prova do cumprimento.....	294
100.	Direito à restituição do título ou à menção do cumprimento...	295
101.	Presunções de cumprimento	296
		298

CAPÍTULO VI

Não cumprimento das obrigações

SECÇÃO I

Modalidades de não cumprimento

102.	O problema geral da inexecução da obrigação.....	
103.	Retardamento da prestação e não realização definitiva da prestação.....	299
104.	Modalidades de retardamento da prestação	299
105.	A) Mora do devedor: conceito	300
106.	Efeitos da mora do devedor.....	301
107.	Extinção da mora do devedor.....	303
108.	Atraso do devedor equiparável a impossibilidade de cumprimento	309
		311

109.	B) Mora do credor: conceito.....	Págs.
110.	Efeitos da mora do credor	313
111.	Extinção da mora do credor	316
112.	C) Retardamento casual: conceito.....	322
113.	Efeitos do retardamento casual.....	323
114.	D) Incumprimento definitivo da prestação: conceito.....	326
115.	Modalidades de incumprimento definitivo da prestação	327
		328

SECÇÃO II

Noção e elementos da responsabilidade obrigacional

116.	O problema	329
117.	Responsabilidade obrigacional e responsabilidade extraobrigacional.....	329
118.	Elementos da responsabilidade obrigacional.....	331
119.	O problema da prova	333

SECÇÃO III

Inexecução da obrigação

120.	Modalidades de inexecução da obrigação; o caso particular da execução defeituosa.....	336
121.	Acepções da fórmula não cumprimento.....	340
122.	Exclusão da ilicitude	342

SECÇÃO IV

Culpa

123.	Noção e modalidades de culpa.....	345
124.	Dolo	347
125.	Culpa.....	349
126.	Apreciação da culpa.....	350
127.	Graduação da culpa.....	354

	Págs.
128. Culpa no não cumprimento e culpa na impossibilidade de cumprimento.....	359
129. Modalidades de impossibilidade da prestação	363
130. Impossibilidade da prestação, dificuldade da prestação e alteração das circunstâncias.....	365

SECÇÃO V

Prejuízo

131. Necessidade de prejuízos	373
132. Noção de prejuízo	374
133. Prejuízo concreto e prejuízo abstracto	375
134. Danos emergentes e lucros cessantes.....	376
135. Danos não patrimoniais.....	378
136. Avaliação dos danos	387
137. Indemnização sob a forma de renda	395

SECÇÃO VI

Causalidade

138. Necessidade da exigência de nexo causal entre a inexecução da obrigação e os prejuízos	397
139. Teoria da equivalência das condições.....	398
140. Teoria da causa próxima.....	402
141. Teoria da causa adequada	404
142. Solução da lei portuguesa.....	408
143. O problema da causa virtual.....	410

SECÇÃO VII

Cláusulas sobre responsabilidade

144. Cláusulas reguladoras da responsabilidade	422
145. A) Cláusulas de limitação da responsabilidade: noção.....	423

	Págs.
146. Inadmissibilidade das cláusulas de irresponsabilidade	423
147. O problema da admissibilidade das cláusulas de limitação de responsabilidade	426
148. Algumas modalidades de cláusulas de limitação de responsabilidade	430
149. Vantagens e inconvenientes destas cláusulas.....	434
150. B) Cláusulas de agravamento da responsabilidade	435
151. C) Cláusula penal	437
151-A. Indemnização acrescida de pena	447
152. Medidas compulsórias.....	448

SECÇÃO VIII

Especialidades dos contratos bilaterais

153. O princípio da interdependência das obrigações	450
154. Fundamento do princípio	450
155. Aplicações do princípio	451
156. A) Suspensão do contrato por inexécção	452
157. B) Resolução do contrato por inexécção.....	454
158. C) Caducidade do contrato por inexécção.....	464
159. O problema do risco nos contratos bilaterais de alienação.....	466